



ENSINO DE GEOGRAFIA: DA DECOREBA Á CRITICIDADE

Paula Fabichaki Pereira ¹
Vera Rejane Niedersberg Schuhmacher ²

INTRODUÇÃO

A Geografia desde a antiguidade até os dias atuais tem como objetivo principal entender a dinâmica do espaço para auxiliar no planejamento das ações do homem sobre ele. Na Geografia ensinada nas escolas, é necessário transformar os conhecimentos científicos em didáticos. E isso não inclui a mera decoração de informações.

O professor de Geografia tem o poder de trabalhar conteúdos estritamente ligados com a realidade dos seus alunos, contribuindo para reflexões sobre o espaço geográfico e principalmente sobre seu papel na dinâmica social, bem como a capacidade de transformá-la.

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento que traz por objetivo a análise da Geografia enquanto ciência capaz de mudar a realidade do sujeito. A pergunta a ser respondida nesta etapa da execução da pesquisa para abordar o problema é feita pelos seguintes questionamentos: o percurso histórico da Geografia é capaz de explicar a atual dinâmica do processo ensino e aprendizagem nas salas de aulas? A Geografia enquanto disciplina escolar é capaz de fazer o aluno compreender o seu lugar no espaço geográfico? O uso da TDIC – Tecnologia Digital da Informação e Comunicação pode contribuir com o processo de pertencimento do aluno em seu espaço geográfico?

METODOLOGIA

A proposta desta pesquisa foi analisar o percurso histórico da Geografia relacionando com a disciplina escolar e sua capacidade de fazer com que o aluno compreenda seu lugar no espaço geográfico, bem como sua capacidade de transformá-lo.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo. De acordo com Ludke e André, “[...] o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural, é rico

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, paulafabichaki@hotmail.com;

² Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, vera.schuhmacher@animaeducacao.com.br

em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma completa e contextualizada” (1986, p. 18). Ou seja, a análise qualitativa permite investigar as opiniões e as atitudes dos sujeitos, nesse caso, uma análise da Geografia enquanto ciência capaz de mudar a realidade do sujeito. Quanto aos procedimentos se caracteriza como bibliográfica pois propicia bases teóricas ao pesquisador para auxiliar no exercício reflexivo e crítico sobre o tema em estudo (Gil, 1991).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a antiguidade, o homem faz Geografia porque necessita dela para sua sobrevivência. Claval (2006) aponta que foram os gregos que iniciaram a nomeação das características sobre a superfície da Terra, mapeando, calculando distâncias, ventos, latitudes e longitudes, entre outras informações pertinentes ao seu cotidiano, com o intuito principalmente estratégico para controle de território. Havia também o interesse em entender os fenômenos relacionados ao universo a partir da astronomia.

Esse conhecimento geográfico baseado em informações visíveis sobre a Terra e cálculos foram memorizados nas obras de Estrabão (64 a.C-19 d.C), que descreve a cultura e os aspectos geográficos de sua região; Erastóstenes (275-195 a.C), conhecido por calcular a circunferência da Terra; e Ptolomeu (90-168 d.C), com suas contribuições principalmente no desenvolvimento de meridianos e paralelos (CLAVAL, 2006); (MOREIRA, 1994).

Já a Geografia sistematizada tem suas origens na Alemanha do século XIX. Isso se deve ao contexto histórico da sociedade alemã, tinham naquele momento o objetivo de fornecer um conhecimento do espaço para favorecer a conquista territorial (MOREIRA, 1994). Portanto, havia um projeto de construção de um sentimento de identidade nacional e a escola era o espaço de reproduzir discursos para atender os interesses da classe dominante.

Todas as disciplinas escolares são historicamente produzidas, sofrendo variações na sua forma e conteúdo. O fato é que os conteúdos presentes no currículo, ao longo do tempo, têm sido resultantes de uma seleção intencional realizada pelos detentores do poder de Estado.

Na Geografia escolar há uma reelaboração dos conhecimentos científicos para torná-los didáticos. Ela passou a ser ensinada no Brasil no Imperial Colégio de Pedro II. Tal instituição seguia um modelo educacional e curricular trazido da França. MOREIRA (1994) A Geografia escolar, desde o seu princípio permaneceu sob influência do ideal de educação estrangeira, caracterizado pela mera nomenclatura geográfica e pela descrição das paisagens.

Como disciplina escolar, a Geografia era extremamente vinculada a conceitos definitivos e valorizava os aspectos físicos. Devido a isso diversos materiais didáticos forneciam informações meramente descritivas que não tinham nenhuma ligação entre aspectos naturais e sociais, a preocupação do ensino era somente conhecer, ou melhor, “decorar” dados estatísticos, nome de rios, de países, capitais entre outros. Somente a partir dos anos vinte do século XX, surge uma nova proposta de ensino para superar esse modelo de Geografia escolar tradicional, a chamada Nova Geografia. Santos (2008) reforça que, passamos a ter a presença de uma orientação moderna de Geografia escolar influenciada pelo positivismo científico, com ideias alicerçadas no marxismo, interessando o estudo crítico da sociedade e suas relações, especialmente na análise das classes.

Lacoste (2012) em sua obra “A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, é um clássico que representa a Nova Geografia, ou Geografia Crítica. Um dos temas principais dessa obra, é de discutir para que serve a Geografia. A partir daí há uma sinalização do papel político ideológico da Geografia.

A educação perpassa diferentes teorias, cada qual com suas concepções de ensino e aprendizagem. Não nos interessa fazer uma análise de como, onde e porque surgiu a disciplina de Geografia. O que reforçamos ser de fundamental importância para o entendimento da educação como um todo, é descrito em Saviani (1983) quando reforça em sua obra que a política tem uma dimensão educativa e a educação tem uma dimensão política, onde, “as relações entre educação e política se dão na forma de autonomia relativa e dependência recíproca” (SAVIANI, 1983, p. 92-93). Ou seja, a educação tem relação na política, pois ela influencia as relações sociais e transforma a sociedade, a política influencia na educação por meio principalmente das diretrizes e normas educacionais.

Dentro da disciplina curricular de Geografia não é possível analisar somente a natureza, sem levar em conta a interferência constante que o homem desempenha no espaço geográfico. Mesmo atualmente, os conteúdos ensinados na escola são marcados pela fragmentação do saber e pelo distanciamento da realidade cotidiana dos educandos, é preciso dar sentido aos saberes geográficos. O processo de ensino e aprendizagem é fundamental nessa dinâmica, referindo-se a procedimentos, técnicas e metodologias relacionados ao ensinar e aprender do aluno.

No Brasil, há programas e políticas para nortear e viabilizar condições para desenvolver nas crianças e adolescentes competências e habilidades gerais e específicas, com o intuito de melhorar os indicadores e elevar o desenvolvimento do país. Porém como aponta



Cavalcanti “levantamentos tem demonstrado resultados muito negativos do ponto de vista de indicadores de aprendizado dos alunos. Esses resultados são preocupantes e reveladores da ineficácia das políticas para alterar o quadro de desigualdades no país” (2012, p. 15).

O professor tem os meios para fazer com que o aluno compreenda sua realidade com o propósito de entender a complexidade das relações entre natureza e homem suas relações de poder e espacialidades, ajudando na compreensão de sua vida, seu mundo e seu lugar no mundo. Dentro desse contexto, “a Geografia é uma leitura da dimensão espacial da realidade” (CAVALCANTI, 2012, p. 133).

A BNCC elenca que em Geografia, “é preciso superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações” (BRASIL, p. 361). É necessário que os conteúdos abordados pela disciplina sejam objeto de interesse do aluno, para que a aprendizagem tenha significado. “Aprender geografia é desenvolver modo de pensar por meio de seus conteúdos, não é saber repetir informações sobre os tópicos estudados” (CAVALCANTI, 2012, p. 141). Ou seja, integrando o global e o local em uma lógica dialética.

A grande sacada da Geografia é fazer o aluno compreender seu lugar no espaço geográfico, bem como, transforma-lo. Podemos exemplificar: O universo é de todos os seres humanos, por isso temos que cuidar do planeta, mas, se o planeta é nosso, por que não podemos explorar todos os recursos que há nele?; Ou ainda, porque pessoas específicas podem fazê-lo?; Por que vivemos no lugar onde vivemos?; e se temos a liberdade de nos deslocarmos para outros lugares, por que não fazemos?. O professor de Geografia tem o poder de trabalhar conteúdos estritamente ligados com a realidade dos seus alunos, contribuindo para reflexões sobre seu papel da sociedade.

Gamboa discorre sobre o termo “Uberalização do conhecimento”, que pretende “transformar a mente humana num computador e processa informações, segue comandos controlados pelas grandes redes internacionais” (GAMBOA, 2018, p. 125). Por tanto, formar-se o aluno para o mercado de trabalho, não é interessante que sejam capazes de mudar sua realidade. O autor afirma que há uma contaminação da educação decorrente desse contexto social e político. A educação é regida pela economia e não por educadores e isso dificulta o processo de autonomia do professor.

A partir dos documentos norteadores, há a elaboração dos currículos, abrangendo os conhecimentos que os estudantes devem adquirir, contudo, há “prescrições que não se implementam em sua totalidade na prática” (CAVALCANTI, 2012, p. 15). Como é o caso da Cultura Digital, elencada como competência cinco da BNCC:



Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2019).

Para desenvolver nos estudantes o conhecimento relacionado com a Cultura Digital há diversas estratégias e recursos, prioriza-se a TDIC. Lévy utiliza o termo “cibercultura” para se referir a cultura digital, ou seja é “um conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17), e inclui que, com a transformação da sociedade isso se torna fundamental. Contudo, muitas escolas não dispõem de recursos de TDIC e os professores não têm formação para disseminar a cultura digital. Os currículos nacionais ou estaduais, muitas vezes, não conhecem as condições da escola e de trabalho do professor. Contudo, reforça-se que a Base Curricular Comum Nacional enfatiza a competência da Cultura Digital, assim entende-se como prioritária a atenção das políticas públicas na promoção destes recursos para esse fim.

Para introduzir uma visão mais crítica, com o intuito de modificação mais ampla no ensino e aprendizagem de Geografia é necessário reconhecer que as mudanças aconteceram. A dinâmica atual tem apontado que as salas de aula como a temos atualmente não contemplam ou atendem as necessidades de aprendizagem de crianças e jovens deste novo século. O trabalho tecnicista do professor, limitando-se a transmissão de conteúdos, não tem mais relevância atualmente, já que informações prontas e acabadas estão disponíveis com um clique por meio de smartphones. Ao professor, cabe um trabalho intelectual, relacionando-se constantemente com as subjetividades que compõem os temas trabalhados em sala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia e todos os seus conteúdos são de fundamental importância para compreender os fenômenos físicos, políticos e sociais do mundo. Em cada momento da história teve um papel determinante.

A partir da introdução da Geografia escolar, bem como dos currículos contendo os conteúdos a serem trabalhados, percebe-se um condicionamento para o que e como ensinar. A escola não é neutra as relações e mudanças sociais. Hoje, a Geografia meramente descritiva não parece interessante para a dinâmica da sociedade.



Precisa-se dar sentido aos saberes geográficos, relaciona-los com o cotidiano dos alunos e fazer com que haja uma reflexão sobre o papel de cada um dentro do espaço geográfico. O uso das tecnologias digitais da informação e comunicação, atraentes e motivadoras para crianças e adolescentes, se mostram como um recurso estratégico no desenvolvimento da colaboração e criticidade do aluno transformando, o saber geográfico e a cultura digital, em um processo significativo. Somente assim, utilizaremos a ciência geográfica para introduzir uma visão crítica da realidade.

Palavras-chave: Geografia. Tecnologia da Informação e Comunicação. Sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- CAVALCANTI, Lana. **O ensino de Geografia na escola**. Editora Papirus. Campinas: São Paulo, 2012. 208p.
- CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Lisboa (Portugal), Ed. Edições 70, 2006.
- GAMBOA, Silvio. **As diversas formas do conhecimento: bases histórico-filosóficas da pesquisa em educação**. Revista Filosofia e Educação. São Paulo, v. 9, n. 3, p.120-148. 2018.
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34. 1999. 231 p.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo, Editora Brasiliense, col. Primeiros Passos, 1994.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo, EDUSP, 6ª edição, 2008.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.
- LACOSTE, Yves. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986.